

**MANUAIS DE REDAÇÃO E ESTILO: GÊNEROS DO DISCURSO, LINGUAGEM E OBJETIVIDADE NA IMPRENSA**  
**Writing and Style Manuals: genres of discourse, language and objectivity in the press**

Sheila Vieira de Camargo GRILLO (Universidade de São Paulo)

**Abstract**

*This article analyses the Folha de S. Paulo and O Estado de S. Paulo manuals to identify the self-representations and normative aspects of news and report genres. The fact/value dichotomy, constitutive of Western philosophy and thought, supports the division between informative and opinion Brazilian newspaper genres. The expressive resources are mobilized to produce an objective style. The development of real-time journalism is considered as the cause of changes in self-representations of informative genres in the Folha de S. Paulo manual.*

**Key-words:** *discourse genres; newspaper; style; objectivity.*

**Resumo**

*Análise dos manuais de redação dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, com vistas a identificar as auto-representações e os aspectos normativos dos gêneros notícia e reportagem. A dicotomia fato/valor constitutiva da filosofia e do pensamento ocidentais sustenta a divisão entre gêneros informativos e opinativos da imprensa brasileira. Os recursos expressivos são mobilizados com o propósito de produzir um estilo objetivo. O desenvolvimento do jornalismo em tempo real é apontado como um fator responsável pelas alterações nas auto-representações dos gêneros informativos no manual de redação da Folha de S. Paulo.*

**Palavras-chave:** *gêneros do discurso; imprensa; estilo; objetividade.*

## 1. Introdução

Os manuais de redação dos jornais *Folha de S. Paulo* (doravante FSP) e *O Estado de S. Paulo* (doravante OESP)<sup>1</sup> são exemplares na medida em que expõem, ao mesmo tempo, as auto-representações e as instruções de regulamentação da prática jornalística. É previsível que essas representações não coincidam com as práticas efetivas, sendo que essa não-coincidência, no caso dos manuais em questão, pode ser explicada por quatro fatores. Primeiramente, esses manuais fazem parte da prática jornalística e, com isso, integram a retórica do jornal, a qual se funda no conhecimento, na construção e na manutenção das expectativas do público leitor. Segundo, os objetivos presentes nos dois manuais ultrapassam a representação da prática jornalística, assumindo feições normativas e pedagógicas em relação à língua portuguesa. Terceiro, os profissionais responsáveis pela elaboração dos manuais, apesar de assumirem o papel de representantes dos órgãos de imprensa, representam, ora um setor específico da redação, ora são profissionais exteriores à prática, contratados exclusivamente para a confecção dos manuais. Quarto, as práticas de linguagem jornalísticas, assim como as demais, são regidas por uma estabilidade provisória que se altera em função das inter-relações entre as mudanças da sociedade e das estratégias de identidade dos órgãos de imprensa.

O conhecimento das finalidades auto-proclamadas da imprensa brasileira de referência e a leitura atenta dos manuais levaram à análise dos seguintes aspectos: a distinção objetividade/subjetividade e o papel do estilo na constituição dos gêneros do discurso jornalístico.

## 2. Organização geral dos manuais

### 2.1. Manual de redação e estilo O Estado de S. Paulo

A autoria do manual é da responsabilidade de Eduardo Martins, cuja função no jornal é “esquadrinhar de erros ortográficos a constru-

---

<sup>1</sup> Optamos por manter o nome verdadeiro das fontes consultadas e do material que serviu de base para este artigo por se tratar de material disponível para o público em geral.

ções gramaticais mal desenhadas, passando por desobediências das normas adotadas pelo *Estado* para grafar datas, números, hora, nomes de personalidades estrangeiras, e assim por diante” (Martins Filho, 1992: 7). O seu cargo no jornal é o de auxiliar da direção de redação no controle de qualidade dos textos publicados, ou seja, uma espécie de revisor de textos. Para a elaboração do manual, Martins contou com a colaboração de Celso Cunha, eminente filólogo e gramático do português, e de Flávia de Barros Carone, professora do departamento de língua portuguesa da Universidade de São Paulo.

As informações sobre a autoria revelam a preocupação primordial do manual em estabelecer regras gramaticais do português. Essa ênfase se mostra também nas obras constantes da bibliografia: dos 29 títulos citados, 10 são gramáticas, 7 são dicionários da língua portuguesa, 7 são guias ortográficos, 4 são manuais de redação de jornais e 1 é almanaque.

A divisão do volume (com um total de 351 páginas) e o número de páginas destinadas a cada parte reforçam também o lugar de destaque destinado às regras gramaticais e à correção ortográfica. O livro está dividido em três partes, todas organizadas a partir de verbetes em ordem alfabética: a primeira parte, com 67 páginas, trata dos princípios básicos de jornalismo; a segunda parte, com 203 páginas, resume os grandes capítulos da gramática, dá orientações ortográficas e determina escolhas lexicais adequadas e inadequadas, inclusive com a proibição do uso de algumas palavras; e a terceira parte, com 43 páginas, é um vocabulário com nomes próprios (à exceção de nomes de pessoas) e geográficos, termos estrangeiros e marcas e nomes de produtos mais utilizados no noticiário.

## **2.2. Novo manual da redação Folha de S. Paulo (1996)<sup>2</sup>**

O manual (1996) não faz indicação de autor na ficha catalográfica e na capa, mas apresenta uma relação de colaboradores na

---

<sup>2</sup> Note-se que a primeira edição desse manual data de 1992 e apresenta o mesmo título da 6ª edição de 1996 - versão utilizada para esta análise.

contracapa: o advogado Luís Francisco Carvalho Filho, os professores Marlei Silva, Boris Schnaiderman e Neuza Neif Nabkan, o Banco de Dados e a Gerência de Informática. Entre os colaboradores, predominam professores da área de Letras, mas percebe-se uma maior preocupação com a apresentação de conceitos jornalísticos.

Os volumes constantes da bibliografia, se comparados com os de OESP, indicam uma presença mais marcante de obras da área de jornalismo: dos 47 títulos citados, 19 são dicionários de línguas, 13 são manuais de redação, livros e dicionários de jornalismo, 8 são gramáticas, 5 são enciclopédias e almanaques, 1 é dicionário de filosofia e 1 é guia ortográfico.

A organização do volume (1996) (com um total de 331 páginas) revela uma ênfase maior em questões jornalísticas do que em questões gramaticais. O livro está dividido em quatro capítulos (organizados em verbetes por ordem alfabética), que procuram seguir a ordem do trabalho na redação do jornal: o primeiro capítulo, intitulado Projeto Folha, com 10 páginas, reúne princípios básicos do jornalismo, bem como instruções de conduta esperadas dos jornalistas da Folha; o segundo capítulo, intitulado Produção, com 17 páginas, contém informações sobre a coleta de fatos para escrever uma reportagem; o terceiro capítulo, intitulado Texto, com 71 páginas, apresenta pontos de gramática, observações de estilo e estabelece algumas padronizações de linguagem; o quarto capítulo, intitulado Edição, com 50 páginas, contém instruções sobre hierarquização e apresentação do material jornalístico. O volume conta ainda com 97 páginas de anexos onde se encontram mapas, conversões de temperaturas e medidas, tabelas de distâncias, grafia de estrangeirismos etc., e um índice onomástico com 61 páginas.

### **3. A objetividade como constitutiva do estilo jornalístico**

#### **3.1. Objetividade e filosofia da linguagem**

O objetivo primordial da filosofia, particularmente a analítica, é ser uma teoria geral da representação que possibilite estabelecer critérios para compreender como a mente constrói representações do que

está fora dela, a saber, representações do mundo, as quais podem ser mais ou menos acuradas, cabendo à filosofia determinar aquelas áreas do conhecimento que constroem representações mais próximas à natureza. Essa função se daria através da construção de um quadro permanente e neutro que possibilite o julgamento de toda a cultura. Esse quadro estaria livre de qualquer determinação histórica e, portanto, de qualquer consideração valorativa e subjetiva, constituindo-se em um instrumental “objetivo” e “racional” que atestaria o grau de veracidade da cultura, isto é, um instrumental de busca da “verdade” (Rorty, 1994).

Os termos “objetividade” e “subjetividade” podem ter sentidos variados. “Objetivo” pode tanto significar representar as coisas como elas realmente são, quanto caracterizar a visão sobre a qual haveria concordância a partir de discussão racional. “Subjetivo” significa o que há dentro do homem, como fruto de sua emoção e imaginação, por oposição a algo externo que se refletiria no intelecto, visto como espelho do mundo externo. Nesse sentido, o elemento “subjetivo” seria uma questão de gosto e, portanto, não sujeito a debate. “Subjetivo” significa também, por oposição a ajuizável, a consideração tida como irrelevante para uma teoria, após julgamento racional (Rorty, 1994).

“Objetivo” e “subjetivo” dão origem à distinção básica que tem orientado todo o pensamento científico ocidental, que é a distinção entre fato, como o que é externo, e valor, como o que é interno, sendo a verdade a representação acurada dos fatos.

Essa proposta representacionista da filosofia, relação entre palavra e coisa como ontologicamente distintas, a partir do final do século XIX, sofreu uma mudança com Frege, o qual “tirou” a filosofia da linguagem da epistemologia para “colocá-la” na semântica. Partindo do desejo de melhorar a linguagem, libertando-a de suas ambigüidades e imprecisões, a fim de poder expressar conceitos científicos, Frege (1978) manteve a distinção básica entre fato e valor como pode ser observado na seguinte passagem:

*A referência e o sentido de um sinal devem ser distinguidos da representação associada a este sinal. Se a referência de um sinal é um objeto sensorialmente perceptível, minha represen-*

*tação é uma imagem interna, emersa das lembranças de impressões sensíveis passadas e das atividades, internas e externas, que realizei.(: 64)*

A distinção fregeana sentido-referência/representação pode ser equiparada com a tradicional dicotomia fato/valor ou objetividade/subjetividade. Frege defende que a representação é historicamente determinável, mas “sentido” e “referência” estão atados à busca da verdade. Por isso, Frege propõe que a referência de uma sentença assertiva, o equivalente à proposição epistemológica, é o seu valor de verdade, ou seja, a referência das palavras de uma sentença pode ser verdadeira ou falsa. Isso quer dizer que o valor de verdade é o resultado da relação entre o sentido e o referente da sentença.

Prosseguindo em seu raciocínio, Frege (1978) chega a um conjunto de sentenças subordinadas, cujo valor de verdade não pode ser aferido através do confronto com os seus referentes:

*A sentença subordinada começando com ‘que’, depois de ‘ordenar’, ‘pedir’, ‘proibir’, apareceria no discurso direto como um imperativo. Tal sentença não tem referência, mas apenas um sentido. Uma ordem, um pedido não são pensamentos, ainda que estejam no mesmo nível dos pensamentos. Onde as palavras nas sentenças subordinadas que dependem de ‘ordenar’, ‘pedir’, etc. terem suas referências indiretas. A referência de tais sentenças não é, por isto, um valor de verdade, mas uma ordem, um pedido, e assim por diante. (: 74)*

Frege parece estar diante de um problema difícil de ser solucionado, pois ora afirma que tais sentenças não têm referências, ora que têm referências indiretas. Penso que os referentes de tais sentenças imperativas são assegurados pelos sujeitos produtores das ordens, pedidos, etc.

Nesse caso, o valor de verdade não pode ser aferido sem passar por uma instância de responsabilidade do sujeito, o que causa uma ruptura na proposta filosófica de construir uma linguagem neutra e universal capaz de exprimir diretamente o pensamento.

A consideração desse tipo de sentenças nos remete ao trabalho de Austin (1990) a respeito da distinção entre performativos e declarativos<sup>3</sup>. Austin mostra que a filosofia tem se interessado unicamente por sentenças que se referem a fatos ou que descrevem situações verdadeiramente ou falsamente. Entretanto, Austin aponta usos da linguagem que não podem ser julgados pelos rótulos de verdadeiro e falso. São as chamadas sentenças performativas: um padre quando celebra uma cerimônia de casamento não está se referindo a algo que está no mundo, antes a sua afirmação “declaro-os marido e mulher” torna o mundo diferente. Esses atos têm uma ancoragem sócio-histórica necessária que foge aos tradicionais critérios falso/verdadeiro. Segundo Austin, esses critérios são abstrações a partir do ato de fala total, que envolve considerações sócio-históricas, tais como a posição ocupada pelo sujeito, a existência de convenções sociais, a participação do interlocutor na construção do sentido, etc.

Entretanto, a distinção entre atos declarativos e atos performativos em nenhum momento se esclarece de maneira unívoca durante a leitura de *Quando dizer é fazer. Palavras e ação*. O leitor que buscar critérios precisos de diferenciação entre atos declarativos e performativos nessa obra vai se sentir frustrado, pois Austin parece não se preocupar em estabelecer conceitos teóricos que substituam a tradicional dicotomia verdadeiro/falso ou fato/valor, presente na tradição da filosofia analítica; antes seu objetivo primordial parece ser questionar essas categorias, sem colocar outras no lugar. Nesse sentido, ele vai ao encontro da proposta de Rorty (1994: 311) de que a hermenêutica seja expressão da esperança de que a nossa cultura não sinta necessidade de preencher o espaço deixado pela extinção da epistemologia, pois esta sempre significou restrição: “um desejo de encontrar ‘fundamentos’ aos quais poder-se-ia aderir, estruturas para além das quais não se deve aventurar, objetos que se impõem a si mesmos, representações que não podem ser contestadas”.

Uma alternativa à proposta representacionalista tem sido esboçada por filósofos pragmáticos e/ou holísticos, como Davidson e

---

<sup>3</sup> O único trabalho completo de Austin publicado em vida foi uma tradução de Frege.

Rorty entre outros, que propõem buscar o sentido das sentenças antes na sua conexão com outras sentenças, do que na relação de transparência para o real. Rorty entende a proposta representacionista como um cumprimento das exigências do discurso normal<sup>4</sup> da filosofia, tal qual foi constituído desde os gregos e reafirmada pelo positivismo. Davidson postula o conceito de “esquemas conceituais” como “modos de organizar a experiência”, sendo a realidade relativa a um esquema, pois o que conta como real em um esquema pode não contar em outro (Davidson, 1991). Isso significa que a verdade de uma sentença é relativa (entre outras coisas) ao conjunto de conceitos a que ela está ligada. Assim como no caso da leitura de Austin, os critérios para delimitação desses esquemas são construídos e, em seguida, questionados por Davidson, que parece mais preocupado em questionar a tradição, do que em erigir novos conceitos.

O relativismo de Rorty e Davidson não tem por propósito questionar a existência do mundo real, mas que a relação acurada entre as proposições (desempenhada pela linguagem, mente ou ciência) e os seus referentes do mundo seja o único alvo a ser alcançado pela filosofia.

Essa busca pelo único modo correto de descrever e explicar a realidade, presente na idéia de “verdade”, é, segundo Sartre (1956, citado em Rorty, 1994), fruto da imposição de um único modo de descrever e explicar a realidade. Se o conhecimento e a linguagem fossem transparentes ao real, e não resultado de ajustamentos discursivos, então não haveria a responsabilidade pela escolha de palavras e idéias. Essa tentativa de descartar-se da responsabilidade é o que Sartre descreve como a tentativa de transformar a si mesmo em coisa.

### **3.2. A objetividade nos manuais de redação da FSP(1996) e OESP**

O princípio da objetividade é tematizado nos dois manuais, com algumas nuances particulares. A característica comum aos dois é o con-

---

<sup>4</sup> O discurso normal, termo cunhado por Kuhn, é qualquer discurso (científico, político, teológico etc.) que incorpora critérios consensuais para alcançar a concordância de uma comunidade em determinado período de tempo.



traste entre a descrição de fatos, objetividade ou “verdade”, e a emissão de opinião sobre eles, subjetividade. Essa dicotomia está calcada na histórica superioridade da descrição do fato em relação à opinião, ou seja, opinião se discute, mas os fatos falam por si mesmos.

Aristóteles (1960: 105), em sua retórica, esboça bem esse conceito, revelando a sua antiguidade no pensamento ocidental : “As coisas que são conformes à verdade são superiores àquelas que são conformes à opinião”.<sup>5</sup> Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) também reconhecem que os diferentes tipos de objetos de acordo utilizados na argumentação gozam de privilégios diferentes, a saber: os fatos, as verdades, as presunções se beneficiam do acordo do auditório universal, enquanto que os valores, as hierarquias, os lugares, se beneficiam apenas do acordo de auditórios particulares. Nessa diferenciação, os fatos possuem mais prestígio do que os valores ou opiniões, uma vez que usufruem de um acordo mais amplo, sendo o lugar, por excelência, da legitimação da prática jornalística.

Observemos como essa distinção se esboça no manual de OESP (Martins Filho, 1992):

**Opiniões:** *1. O jornal, como um todo, tem opiniões sobre os assuntos que publica e as expressa em editoriais. O noticiário, por isso, deve ser essencialmente informativo, evitando o repórter ou redator interpretar os fatos segundo sua ótica pessoal. Por interpretar os fatos entenda-se também a distorção ou condução do noticiário. Exemplos: ao tratar da remoção dos favelados de um local, o repórter entra em considerações sobre as injustiças sociais e os desfavorecidos da sorte ou, ao tratar de um assalto, coloca a miséria como fator da formação do criminoso. Deixe esse gênero de ilação ao cargo dos especialistas ou editorialistas e apenas descreva os acontecimentos (:55-56).*

---

<sup>5</sup> “Les choses qui sont conformes à la vérité sont supérieures à celles qui sont conformes à l’opinion”.

**Reportagem.** *A reportagem pode ser considerada a própria essência de um jornal e difere da notícia pelo conteúdo, extensão e profundidade. A notícia, de modo geral, descreve o fato e, no máximo, seus efeitos e conseqüências. A reportagem busca mais: partindo da própria notícia, desenvolve uma seqüência investigativa que não cabe na notícia. Assim, apura não somente as origens do fato, mas suas razões e efeitos. Abre o debate sobre o acontecimento, desdobra-o em seus aspectos mais importantes e divide-o quando se justifica, em retrancas diferentes que poderão ser agrupadas em uma ou mais páginas. A notícia não esgota o fato; a reportagem pretende fazê-lo (:67).*

**5. Interpretados:** *Em casos excepcionais e quando a matéria realmente o justifique, uma abertura pode deixar de lado os princípios da isenção e da objetividade e admitir algum grau de interpretação, como no exemplo seguinte:*

*A mais significativa vitória de um lobby articulado na atual Constituinte não foi de empresas especializadas e organizadas para esse fim ou os financiados pelas poderosas multinacionais. Foi a do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), que conseguiu a inclusão, no projeto da Comissão de Sistematização, de 38 reivindicações de 9 confederações de trabalhadores, 9 federações de funcionários públicos de nível nacional, 3 centrais sindicais e mais de 300 sindicatos (: 44).*

As passagens acima explicitam os seguintes aspectos: (1) O jornal tem opinião sobre os fatos que noticia; (2) Essa opinião é expressa nos editoriais; (3) O gênero notícia deve ater-se à descrição de um acontecimento, constituindo-se, portanto, em uma unidade de informação; (4) O gênero reportagem expande e aprofunda a notícia, seguindo os mesmos critérios de isenção; (5) Há casos em que o noticiário pode romper com o princípio da objetividade<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Essa caracterização do editorial como lugar da opinião do jornal, e do noticiário como lugar da informação, aparece num artigo do *Le Monde* em que o jornal se defende de críticas feitas por diferentes setores da sociedade francesa a propósito da cobertura do PACS ("pacto civil de solidariedade"): "É preciso não confundir um desenho (que pode ser uma charge ou uma caricatura), artigos informativos (que são aliás pouco criticados) e um editorial, onde o jornal pretende tomar

Segundo esses trechos, ser objetivo é descrever os acontecimentos sem a interferência dos posicionamentos ideológicos do jornalista, ou seja, “objetivo” aqui é o oposto de “opinião pessoal”, “subjetivo”. A notícia e a reportagem<sup>7</sup> são os lugares da objetividade em estado puro, como se a linguagem e o sujeito escritor fossem acessórios transparentes para acessar o real, enquanto que o editorial é o lugar reservado para a expressão da opinião e da subjetividade. Entretanto, essa fronteira é rompida pelo próprio manual, que admite casos em que o noticiário pode deixar de lado o princípio da objetividade. A distinção objetividade/subjetividade parece ser um critério muito mais pertinente para a compreensão das auto-representações da empresa jornalística, o que tem como consequência um efeito persuasivo já mencionado, do que para a compreensão da prática jornalística efetiva.

Agora observemos os seguintes trechos do manual da FSP (1996):

**Objetividade** – *Não existe objetividade em jornalismo. Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões, em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções.*

*Isso não o exime, porém, da obrigação, de ser o mais objetivo possível. Para relatar um fato com fidelidade, reproduzir a forma, as circunstâncias e as repercussões, o jornalista precisa encarar o fato com distanciamento e frieza, o que não significa*

posição depois de ter publicado diversas opiniões contraditórias em suas páginas Debates”. (Il ne faut pas confondre un dessin (qui peut être une charge ou une caricature), des articles informatifs (qui sont d’ailleurs peu critiqués) et un éditorial, où le journal prend position après avoir publié diverses opinions contradictoires dans ses pages Débats” (Sole, 1999:13).

<sup>7</sup> As definições desses gêneros nos manuais são pouco precisas, não indo muito além das dos verbetes notícia e reportagem do dicionário Aurélio (Ferreira, 1986):

**notícia.** [Do lat. *Notitia*] *S.f.* **1.** Informação, notificação, conhecimento: *Não tive notícia do acontecimento.* **2.** Observação, apontamento, nota. **3.** Resumo de um acontecimento. **4.** Escrito ou exposição sucinta de um assunto qualquer. **5.** Novidade, nova: *Que notícias me traz você?* **6.** Lembrança, memória. **7.** Nota histórica [Cf. notícia, do verbo noticiar] ? Ser notícia. Constituir-se novidade; destacar-se em um noticiário (:1202).

**reportagem.** [Do fr. *reportage*] *S.f.* **1.** Ato de pesquisar determinado assunto, de informar-se a respeito dele para o transmitir pelo noticiário dos jornais, revistas, televisões, etc. **2.** Noticiário sobre determinado assunto. **3.** O conjunto dos repórteres (:1488).

*apatia nem desinteresse. Consultar outros jornalistas e pesquisar fatos análogos ocorridos no passado são procedimentos que ampliam a objetividade possível (p. 19).*

*Editar implica selecionar e fazer opções de modo a destacar um quadro completo e hierarquizado dos fatos jornalísticos (: 121).*

**notícia** – *Puro registro dos fatos sem opinião. A exatidão é o elemento-chave da notícia, mas vários fatos descritos com exatidão podem ser justapostos de maneira tendenciosa. Suprimir ou inserir uma informação no texto pode alterar o significado da notícia. Não use desses expedientes (:38).*

**reportagem** – *Relato de acontecimento importante, feito pelo jornalista que tenha estado no local em que o fato ocorreu ou tenha apurado as informações relativas a ele. A reportagem é o produto fundamental da atividade jornalística (:42).*

Ela deve conter a descrição do fato a mais exata e objetiva possível, o relato das versões de todas as partes envolvidas no fato e, se possível, a opinião de especialistas.

**editorial** – *Texto que expressa a opinião de um jornal.(...) Os editoriais não dirigem o noticiário, mas temas que neles aparecem com frequência devem ser explorados pela reportagem (:71).*

O discurso aqui se assemelha, em alguns aspectos, ao de OESP (Martins Filho, 1992), uma vez que a notícia é o relato objetivo e sucinto dos fatos e a reportagem, o seu aprofundamento, constituindo-se em atividade/gênero fundamental da imprensa, enquanto que o editorial expressa a opinião do jornal. Porém, aparecem três elementos novos aqui que tornam a oposição objetivo/subjetivo ainda mais insustentável e o discurso do jornal ainda mais contraditório. Primeiramente, o manual (Martins Filho, 1992) afirma que não existe objetividade em jornalismo e que a edição do jornal envolve escolhas e hierarquizações, mas ao mesmo tempo define o noticiário como “puro registro dos fatos sem opinião”. Depois, aparece um outro critério de definição da reportagem: a importância do fato ou acontecimento como desencadeador

do gênero<sup>8</sup>. Esse critério é relativo, pois um fato não é importante em si, mas em função das instâncias de produção e de recepção do jornal<sup>9</sup>, demonstrando as preferências do órgão de imprensa e de seus leitores virtuais. Por fim, enquanto OESP enfatiza a investigação e o desdobramento como aspectos constitutivos da reportagem, a FSP (1996) enfatiza o relato das versões e de especialistas sobre o assunto, ou seja, a exposição das fontes<sup>10</sup>.

A distinção fato/opinião é o critério adotado por esses manuais para estabelecer uma divisão básica nos gêneros da imprensa, a saber, os gêneros informativos, aí incluídos a notícia e a reportagem, e os gêneros opinativos, entre eles o editorial<sup>11</sup>. As definições de notícia e reportagem apontam para os efeitos definidores desses dois gêneros: a notícia, enquanto um registro sucinto e “não significado” do real, propõe-se a reproduzir o referente, o que pode ser chamado de “efeito de real”; já a reportagem busca o aprofundamento do fato, o que se dá principalmente na busca e na exposição das fontes de informação, criando um “efeito de objetividade”, ou seja, a fundamentação das informações nos discursos dos atores sociais.

A reflexão sobre a própria prática é um dos fatores responsáveis pela estabilidade dos gêneros na imprensa brasileira de referência e demonstra aquilo que Bakhtin (1992) chama de “valor normativo” dos gêneros, que se constitui, depois da língua, como um segundo nível de coerções para o sujeito falante. No tipo de discurso em questão, o

---

<sup>8</sup> Essa idéia também é desenvolvida no manual de jornalismo de Juarez Bahia (1990,: 49): No jornalismo, a grande notícia – e quase sempre a notícia mais importante – é a reportagem.

<sup>9</sup> Os critérios de seleção, tratamento e hierarquização dos fatos certamente não são os mesmos em um jornal como o *Notícias Populares* e em um jornal como a FSP, definindo, com isso, dois tipos de imprensa: a chamada imprensa popular e sensacionalista e a imprensa de referência.

<sup>10</sup> A mesma idéia aparece em Bahia (1990:50): (...) a reportagem é por dever e método a soma das diferentes versões de um mesmo acontecimento.

<sup>11</sup> Já o primeiro diário de origem política na Europa, *The Daily Courant*, que apareceu na Inglaterra em 11 de maio de 1702, estabeleceu a divisão em gêneros opinativos e informativos. Samuel Buckley, seu diretor, a fim de salvar o jornal das dificuldades financeiras por que vinha passando, introduziu a distinção entre, de um lado, as notícias de caráter informativo e, de outro, os artigos opinativos. O jornal apareceu em um período de extrema perturbação política na Inglaterra, que passava por uma série de guerras chamadas “Guerras de Malborough”. O fato do *Courant* se propor a noticiar essas guerras determinou o tipo de estilo adotado pelo jornal, livrando-o das interferências da realeza inglesa.

aspecto normativo ultrapassa aquilo que Todorov (1978) chama de “modelos de escritura” para ganhar valores semelhantes aos das regras da gramática normativa.

Para que a objetividade dos gêneros informativos seja alcançada, a linguagem tem de ser concebida como um instrumento neutro de acesso ao real, ou seja, a linguagem teria uma função primordialmente referencial e informativa. Entretanto, essa função é apenas uma abstração a partir do ato de fala total, sendo que as palavras ganham sentidos a partir dos processos interativos do qual participam (Bakhtin, 1992). Nesses processos, as palavras se tornam signos ideológicos, pois se revestem de índices de valores atribuídos por sujeitos socialmente organizados. Com isso, as palavras têm uma história responsável pelos seus valores sociais. Portanto, numa concepção dialógica, é um contrasenso falar em uma linguagem neutra, cujo sentido possa ser aferido exclusivamente pelo valor de verdade das proposições.

Essa busca auto-frustrante de uma linguagem estritamente referencial se revela nas contradições apontadas nos manuais, que tentam reservar espaços de objetividade e de subjetividade nos diversos gêneros jornalísticos. Essa distinção rígida é uma tentativa, ao mesmo tempo, de controlar a produção do discurso jornalístico (Foucault, 2002), atribuindo-lhe um sentido fixo e inquestionável, pois uma notícia é a descrição exata do acontecimento e, portanto, a única possível, e de eximir o jornal da responsabilidade da escolha de idéias e palavras (Rorty, 1994). Nesse sentido, o discurso jornalístico dos gêneros informativos é extremamente autoritário, uma vez que a “verdade” não admite contestação.

Esse ideal de objetividade que se revela autoritário não é buscado unilateralmente, ou seja, apenas pela agência produtora de notícias, os jornais. Ele é resultado também dos anseios dos leitores, que são constituídos pelas classes alta e média urbanas<sup>12</sup>, uma vez que as classes populares não têm acesso e não se interessam por esse tipo de jornalismo, pois não vêem seus interesses contemplados por esses veículos.

---

<sup>12</sup> Em reportagem do dia 21/06/1998, a FSP divulga o seguinte perfil de seu leitor: Casado, 38 anos, com diploma universitário, católico e das classes A e B. Esse é o perfil médio do leitor da Folha, segundo pesquisa conduzida pelo Datafolha.

### 3.3. Manual de estilo: um contra-senso à objetividade jornalística?

Apesar de os manuais serem também de estilo, aparecem poucas referências sobre o que se entende por ele. Celso Cunha, colaborador na elaboração do manual de OESP, entende o estilo a partir da dicotomia saussureana ([196-]: 26-28) língua/fala. Enquanto a língua é “um sistema gramatical pertencente a um grupo de indivíduos”, o estilo é da ordem do discurso e é concebido como a escolha feita pelos indivíduos dos diversos meios de expressão que lhe oferece a língua (Cunha e Cintra, 1985). Segundo Possenti (1988), gramáticos e lingüistas concebem a língua como uniforme e primitiva, sendo o estilo uma função subsidiária da gramática e, portanto, fora da língua.

Essa concepção do estilo como uma função subsidiária também está presente na tradição da filosofia analítica, que tinha por propósito suprimir o estilo ou permiti-lo em doses ornamentais, uma vez que o seu trabalho é desenvolver análises frias e acuradas dos fatos. Segundo Rajagopalan (1997), esse pressuposto é o responsável por muitos leitores de Austin (1990) não prestarem atenção ao seu estilo humorístico, entendendo-o como mero ornamento ou momentos de diversão para preparar os leitores ao trabalho filosófico mais sério. Contrariamente a essa tradição, Rajagopalan entende que o estilo de Austin (1990) é uma parte essencial de sua mensagem.

A perspectiva discursiva, assumida neste trabalho, concebe a atividade do sujeito como aspecto constitutivo da língua e não apenas apropriadora, pois esse termo implica apenas uma atividade com a língua, e o que se quer marcar como distintivo é que a constitutividade acarreta simultaneamente uma atividade com e sobre a língua (Possenti, 1988).

A perspectiva estruturalista primeiramente excluiu a atividade do falante do seu horizonte de interesses, para depois marcá-la em determinados lugares. Mas como já vimos em Austin, os limites da atividade do sujeito não podem ser delimitados, o que mostra que ela perpassa toda a língua. Entretanto, essa subjetividade pode ser ressaltada ou “camuflada” dependendo das restrições impostas ao locutor.

Possenti, a partir da leitura de Granger (1974), assume a noção de trabalho do sujeito como constitutiva da língua, sendo o estilo a marca desse trabalho. Essas marcas se revelam na escolha entre uma forma de representação ou outra, o que resulta em diferentes modalidades de referir-se aos fatos. Isso significa considerar a linguagem como um mecanismo que “permite aos sujeitos diversificadas inserções no real, de acordo com os diversos papéis que exercem na sociedade e conforme a representação que se fazem deles, aí considerados aspectos sócio-psicológicos como aspirações, modo de apresentação, objetivos visados, graus de submissão a exigências sociais, etc.” (Possenti, 1988: 164).

Se o estilo é concebido como as marcas da subjetividade, parece contraditório que empresas jornalísticas produzam manuais de estilo, pois eles seriam uma negação dos princípios da isenção e da objetividade defendidos pelos jornais nesses mesmos manuais. Essa preocupação com o estilo poderia parecer também uma reconciliação e uma revalorização da retórica, a qual foi relegada a um segundo plano pela Gramática e pela Lógica, desde o fim da Idade Média (Barthes, 1985), que a concebem, sobretudo na França, como um acréscimo de caráter ornamental que deveria ser descartado em proveito de um acesso mais imediato ao plano lógico das idéias. Porém, observando algumas passagens, verificamos como isso pode se dar:

*11 – Nunca se esqueça de que o jornalista funciona como intermediário entre o fato ou fonte de informação e o leitor. Você não deve limitar-se a transpor para o papel as declarações do entrevistado, por exemplo: faça-o de modo que qualquer leitor possa apreender o significado das declarações. Se a fonte fala em demanda, você pode usar procura, sem nenhum prejuízo. Da mesma forma traduza patamar por nível, posicionamento por posição, agilizar por dinamizar, conscientização por convencimento, se for o caso, e assim por diante (OESP, :17).*

**cacoete de linguagem** – (...) Evite também palavras que emprestem tom preciosista ou exagerado ao texto, como viatura, veículo, residência, mansão, esposa, colisão, falecer, óbito, magnata, miserável, sanitário, toailete. Dê preferência ao vo-



*cábulo coloquial: carro de polícia, carro, casa, mulher, batida, morrer, morte, empresário, pobre, banheiro* (FSP, 1996:58-59).

Esses trechos revelam dois aspectos do estilo jornalístico: a imagem do leitor e a forma de lidar com as declarações textuais. Em relação ao público dos jornais, o estilo seria uma questão de substituição de uma palavra sofisticada por seu “equivalente” mais coloquial, em função do público ao qual se quer atingir. As diversas formas funcionam como espécies de sinônimos, cuja escolha se faz segundo um critério de simplicidade, mas basicamente com a mesma função semântica, porque sua referência é a mesma. A linguagem é concebida com uma função basicamente referencial.

Entretanto, gostaria de chamar a atenção para a substituição de palavras como “magnata” e “miserável” por “empresário” e “pobre”. Fica difícil conceber que a substituição de um termo por outro não modifique nenhum aspecto semântico do enunciado no qual eles aparecem, pois são termos que não possuem a mesma distribuição enunciativa. Nesse caso, as substituições parecem ter a motivação ideológica de atenuar as diferenças econômicas da sociedade brasileira. Mesmo admitindo-se a tentativa de uma padronização da linguagem em busca de uma norma mais amplamente compreendida, sustentaria que essas substituições são concebíveis. A impossibilidade de substituição se dá devido aos valores que as formas lingüísticas recebem do meio social em que habitam. As escolhas são condicionadas tanto pelo efeito de sentido que se quer produzir, quanto pelo contexto sócio-histórico, o qual envolve o gênero discursivo, a instituição da qual o discurso ganha legitimidade, as filiações ideológicas, os interlocutores previstos, etc.

Quanto à “reprodução” das declarações do entrevistado, observa-se que elas são condicionadas pelos mesmos critérios acima descritos, aproximando-se do que a retórica chama de “pseudodiscurso direto”, enquanto uma figura de presença. Por um lado, como as declarações partem da presunção da sua reprodução integral em termos de forma e conteúdo, elas gozam do status de peças de convicção ao tornarem presentes em sua materialidade lingüística as falas das fontes. Por outro, as regras dos manuais revelam que elas são adaptadas ao estilo do jornal, que executa uma “tradução” dos discursos. Portanto, o lugar

da “transparência” e da “neutralidade” é produto de um trabalho persuasivo em favor do ideal de objetividade da imprensa.

Assumindo que o estilo é constitutivo de toda atividade lingüística e que sentido e forma são mutuamente dependentes, pois a forma opera na definição do sentido e o sentido condiciona as escolhas lingüísticas (Possenti, 1988), defendo que a “objetividade” faz parte da retórica do jornal e que é fruto de um tipo de utilização da linguagem condicionada pela instituição imprensa com vistas a produzir um efeito de real. Como se apenas algumas formas de linguagem mostrassem a posição do sujeito, o jornal procura eliminar determinados traços da subjetividade com vistas a convencer o leitor da verdade inquestionável dos fatos apresentados. A linguagem é contraditoriamente concebida como um instrumento acessório e transparente para acessar o real, podendo prescindir da ação de um sujeito, e como a obediência a normas responsáveis pela estabilidade e identidade da prática jornalística. O traço empírico mais característico da escritura jornalística é construir um discurso a partir de outros discursos, uma vez que o primeiro trabalho do jornalista é procurar as “fontes” e a “fonte” é sempre fonte de um discurso (Mouillaud e Tétu, 1989). Essa é também uma tentativa de garantir a credibilidade do jornal, esquivando-se da responsabilidade do que noticia.

Esse estilo objetivo do jornalismo se constrói privilegiadamente sobre a proibição do uso dos seguintes aspectos lingüísticos: a primeira pessoa do singular, determinados adjetivos e advérbios e a escolha de determinados verbos para introduzir declarações, como se pode verificar nas seguintes passagens:

**Impessoalidade.** *A notícia deve ser redigida de forma impessoal sem que o jornalista se inclua nela ou adote a primeira pessoa do plural em frases que a dispensam. (...) (OESP:40).*

**Adjetivação.** *O texto noticioso deve limitar-se aos adjetivos que definam um fato (noticioso, pessoal, vizinho, próximo, sulino, etc.) evitando aqueles que envolvam avaliação ou encerrem carga elevada de subjetividade (evidente, imponderável, belo, bom, ótimo, etc.) (OESP:23).*

**Advérbio** – (...) *Evite advérbios que expressem juízos de valor: certamente, evidentemente, efetivamente, bastante, fielmente, levemente, definitivamente, absolutamente. Não se fazem restrições a advérbios que ajudem a precisar o sentido, como os de lugar (acima, abaixo, além), tempo (agora, ainda, amanhã) (FSP, 1996:50).*

**Verbos declarativos** – *Use apenas para introduzir ou finalizar falas dos personagens da notícia, não para qualificá-las ou para insinuar qualquer opinião a respeito delas. Evite, assim, verbos como admitir, reconhecer, lembrar, salientar, ressaltar, confessar, a não ser quando usados em sentido estrito. Nenhum deles é sinônimo de dizer. Ao empregá-los de modo inadequado, o jornalista confere caráter positivo ou negativo às declarações que reproduz, mesmo que não tenha a intenção (FSP,1996:116).*

Essas instruções têm um caráter acentuadamente normativo e refletem as restrições que o estilo jornalístico impõe aos seus profissionais e o seu papel na constituição dos gêneros da imprensa, em particular do texto noticioso. Segundo Dines (Dines, Vogt e Melo, 1997), conceituado jornalista e um dos coordenadores do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor) da Unicamp, os manuais de redação têm o papel de “guias” para orientar o jornalista a redigir dentro das convenções e estilo do veículo (Dines, Vogt e Melo, 1997: 47), porém, devido à falta de alternativas e de propostas das escolas de jornalismo brasileiras, eles têm se convertido em “bíblis” que têm o papel de coibir o processo criativo dos jornalistas.

O autoritarismo presente na busca da objetividade é, portanto, fruto de uma prática normativa do estilo e de relações verticais entre os jornalistas e os editores-chefes, que tomam as decisões sobre o que noticiar e o enfoque a ser dado.

Esse autoritarismo também é coerente com a preocupação normativa dos manuais de redação em relação à língua portuguesa, vista como uniforme e acima do trabalho de seus falantes. O ensino tradicional de língua portuguesa frequentemente privilegiou o ensino da gramática, em favor de uma ação pedagógica “neutra” e preocupada com o

que é “correto” no idioma. Essa ligação entre a defesa do idioma e o ensino tradicional de português se materializa na apresentação do manual de OESP, que se propõe a ser “livro de auxílio para o ensino do Português nas escolas” (1992: 9) e a “se converter em sólida trincheira de defesa do conhecimento da língua” (1992: 8). Dessa forma, o jornal se propõe a estar no lugar da escola, da gramática, uma vez que os escolarizados não sabem escrever e “cometem atrocidades” contra o idioma que falam.

Embora as instruções estilísticas estejam muito próximas nos dois manuais, o discurso da defesa do idioma não aparece explicitamente na FSP como em OESP, que parece ter um caráter mais conservador em relação à língua. Por outro lado, a FSP faz questão de explicitar sua opção política: “Do ponto de vista político, sustenta a democracia representativa, a economia de mercado, os direitos do homem e o debate dos problemas sociais colocados pelo subdesenvolvimento” (FSP, 1996:13)<sup>13</sup>. A FSP assume um ideário em sintonia com o projeto neoliberal, o que, em momento algum, acontece no manual de OESP. Essa diferença entre os dois manuais pode vir a ser relevante para a caracterização da linha editorial e das posições tomadas por cada jornal diante dos fatos noticiados.

#### **4. Imprensa e gêneros informativos**

Ao final deste artigo, chegamos a um conjunto de auto-representações e de normas constitutivas da prática jornalística. O objetivo dessas normas é regular, ao mesmo tempo, os modos de produção e de consumação do discurso jornalístico<sup>14</sup>. A partir do princípio da transpa-

---

<sup>13</sup> Essa caracterização da linha ideológica do jornal parece ir ao encontro dos anseios dos leitores que, em reportagem sobre o perfil do leitor já anteriormente mencionada, se mostram: A favor da reforma agrária: 85%; A favor de discriminar o aborto: 61%; A favor de privatizar a Petrobrás: 55%; A favor de privatizar o Banco do Brasil: 53%; Contra a estabilidade do funcionalismo: 53%; Contra a pena de morte: 51%. Particularmente os tópicos relativos à privatização e ao fim da estabilidade revelam o expressivo apoio dos leitores a esses temas, que são parte do ideário neo-liberal da economia de mercado.

<sup>14</sup> O papel desses manuais no modo de produção da imprensa se manifesta na exigência de seu conhecimento pelos candidatos a jornalistas, o que pode facilmente ser observado nos editais de

rência, em que a língua é apreendida como um conjunto de signos que seriam substitutos do real e como um conjunto de normas de correção gramatical, e da concepção do jornal como um lugar de apreensão não-determinado ou como uma tela afetada pelo mundo, um mundo que existe sem ele (Mouillaud e Tétu, 1989), o leitor é levado a aceitar o caráter “certo” da realidade representada pelo jornal. Esse leitor é concebido como uma produção da instituição jornalística e como sujeito ao mesmo conjunto de coerções, ou seja, inscrito na mesma prática discursiva. A seguir, sintetizo as normas reguladoras da prática jornalística nos manuais FSP (1996) e OESP (Martins Filho, 1992):

- (1) Ambos os manuais representam sua prática como obedecendo à distinção básica fato/valor, verdade/mentira, informação/opinião ou objetivo/subjetivo. Dicotomia essa que é responsável pela identidade e estabilidade dos gêneros da imprensa de referência;
- (2) Essa dicotomia é produzida através da proibição do uso, nos gêneros informativos, de determinados recursos expressivos que evidenciam a subjetividade, tais como a primeira pessoa, o uso de adjetivos, de advérbios, e de determinados verbos declarativos. A proibição regula a produção de um estilo objetivo em que o produtor da notícia e da reportagem é apagado em benefício da reprodução dos fatos;
- (3) Ambos os manuais apresentam uma concepção instrumental e um uso referencialista da linguagem e, com isso, defendem que os jornais têm o papel de transmissores isentos dos fatos, apesar de serem notadas algumas incoerências no discurso dos manuais, que revelam a tensão entre a possibilidade e a impossibilidade de silenciar a subjetividade;
- (4) Ambos os manuais apresentam uma visão de língua sujeita a normas gramaticais rígidas e assumem o papel de

concurso para jornalistas desses dois órgãos da imprensa brasileira. Por outro lado, o modo de distribuição e de circulação dos manuais, que são vendidos em livrarias abertas ao grande público e oferecidos muitas vezes como brinde aos assinantes, revela que eles buscam atingir também possíveis consumidores dos jornais.

divulgadores dessas normas e de defensores da correção do idioma. A opção pelo padrão culto coloquial relaciona-se com a busca da adesão do maior número possível de leitores e com o caráter não-marcado da norma padrão, adequado, portanto, para o registro “neutro” dos fatos;

- (5) Os gêneros notícia e reportagem são definidos como informativos, constituindo-se em espaço privilegiado de realização da função básica da imprensa como órgão informativo. A extensão e o aprofundamento são os critérios delimitadores de cada um desses dois gêneros nos manuais, ou seja, a notícia faz um relato sucinto do acontecimento a partir do critério da “novidade”, enquanto que a reportagem aprofunda o fato através da investigação e da exposição das fontes no texto. Essa distinção dará origem à interpretação do gênero notícia como produtor de um “efeito de real” e do gênero reportagem como produtor de um “efeito de objetividade”. Entretanto, essas definições de notícia e de reportagem nos manuais de OESP e da FSP não apresentam contornos precisos para esses dois gêneros, deixando as seguintes perguntas: em termos textuais, qual é a diferença entre a reportagem e a notícia? A notícia faz parte da reportagem? Há diferenças nítidas entre a notícia e o lide da primeira página, uma vez que ambos se caracterizam pela síntese da informação?

As respostas a essas perguntas não podem ser encontradas claramente nos manuais e nem na maioria dos livros de jornalismo. Bahia (1990) propõe algumas definições para notícia e reportagem que auxiliam a sua delimitação:

*As seis perguntas de Kipling fornecem a base para uma adequada apuração jornalística: what (o que aconteceu); why (por que aconteceu); when (quando aconteceu); where (onde aconteceu); how (como aconteceu); who (quem se envolveu no que aconteceu). Na resposta a elas está a notícia.*

*Toda reportagem é notícia, mas nem toda notícia é reportagem. Isto quer dizer que a notícia não muda de natureza, mas muda*

*de caráter quando evolui para a categoria de reportagem. A reportagem é, portanto, uma espécie de notícia que por ter as suas próprias regras alcança um valor especial.*

*O salto da notícia para a reportagem se dá no momento em que é preciso ir além da notificação – em que a notícia deixa de ser sinônimo de nota – e se situa no detalhamento, no questionamento de causa e efeito, na interpretação e no impacto (...). (:40, 50)*

Esses trechos lançam idéias que ampliam a compreensão dos gêneros em questão, a saber: (1) Há uma gradação de aprofundamento e de detalhamento do acontecimento que segue a direção nota – notícia – reportagem; (2) De acordo com o primeiro trecho, a notícia pode se constituir das respostas às perguntas de Kipling, identificando-se, nesse caso, com o lide, que também é definido nos manuais de OESP e da FSP como respondendo às perguntas de Kipling<sup>15</sup>; (3) O texto da primeira página, ao fazer parte de uma matéria que o desenvolve e o aprofunda, pode ser lido como uma notícia, se o leitor se restringir a ele, ou como uma reportagem, se o leitor ler o texto do meio do caderno.

Além desses aspectos, o tratamento dado à informação depende de seu potencial de “sociabilidade” e de “imprevisibilidade”, que determina um tratamento mais enxuto, cujo produto é a notícia, ou um tratamento mais exaustivo, cujo produto é a reportagem.

(6) Por fim, verificamos alterações nas auto-representações e na normatização presentes em uma versão posterior do manual de redação da FSP (2001). Se, na edição de 1996, a divisão dos gêneros da imprensa a partir da dicotomia fato/

<sup>15</sup> “**Leads.** O lead é a abertura da matéria. Nos textos noticiosos, deve incluir, em duas ou três frases, as informações essenciais que transmitam ao leitor um resumo completo do fato. Precisa sempre responder às questões fundamentais do jornalismo: **o quê, quem, quando, onde, como e por quê.**” (OESP, 1992: 42).

“**Lide** – Palavra aportuguesada do inglês “lead”, conduzir, liderar. O jornalismo usa o termo para resumir a função do primeiro parágrafo: introduzir o leitor no texto e prender sua atenção.

Há dois tipos básicos de lide: o *noticioso*, que responde às questões principais em torno de um fato (o quê, quem, quando, como, onde, por quê), e o *não-factual*, que lança mão de outros recursos para chamar a atenção do leitor” (FSP, 1996: 152).

valor, objetivo/subjetivo do pensamento ocidental revelou-se mais rígida, na edição de 2001 (:15, 71), constatamos uma maior flexibilização dessa divisão, em favor de uma parceria mais estreita entre fato e análise nos gêneros informativos:

*A transição de um texto estritamente informativo, tolhido por normas pouco flexíveis, para um outro padrão textual que admita um componente de análise e certa liberdade estilística é consequência da evolução que estamos procurando identificar. Trata-se, porém, de política a ser administrada com parcimônia e cautela, seja para que não se perca a base objetiva de informação, seja para que o leitor não fique à mercê dos caprichos da subjetividade de quem está ali para, antes de mais nada, informar com exatidão.*

**reportagem:** traz informações mais detalhadas sobre notícias, interpretando os fatos; é assinada quando tem informação exclusiva ou se destaca pelo estilo ou pela análise.

Na **Folha**, os gêneros opinativos e interpretativos devem ser fundados em informações confirmadas”.

Essas orientações sinalizam para uma alteração progressiva nos gêneros, levando ao questionamento das motivações dessas mudanças. Podemos encontrar, no próprio manual, uma das possíveis explicações para esse fato:

*A possibilidade de ler informações selecionadas, acompanhadas de contextualizações e análises, transmite ao leitor um sentimento de organização e coesão dos fatos que ele não tem ao consultar informações em tempo real. Para a imprensa, constitui uma característica e um caminho a ser tomado o estímulo ao pensamento, ao conhecimento e ao debate na publicação selecionada, organizada e contextualizada dos fatos. (manual de redação da FSP,2001: 30)*

A entrada da internet no mundo dos veículos de informação tem provocado reconfigurações na imprensa contemporânea brasileira,



que passa a redefinir a constituição de seus gêneros com vias a tentar assegurar a sua relevância e sobrevivência social. Chegamos, portanto, a dois aspectos importantes na teorização dos gêneros do discurso: o seu modo de existência diferencial e sua constituição histórica, ou seja, a expansão do jornalismo *on-line* está causando uma redefinição na maneira de se auto-representar da imprensa brasileira, responsável por mudanças no decorrer da história. Isso nos lembra o conceito de valor de Saussure, para o qual as formas da língua adquirem valor nas relações com as outras formas. Semelhantemente, os gêneros de uma determinada esfera de circulação adquirem seu valor na relação que se dá entre eles.

Enviado em: 05/2000. Aceito em: 10/2002.

### Referências bibliográficas

- ARISTOTE 1960 *Rhétorique (Livre 1 et 2)*. Trad. de M. Dufour e A. Wartelle. Société d'Édition "Les Belles Lettres" 2<sup>e</sup> éd..
- AUSTIN, J.L. 1962/ 1990 *Quando dizer é fazer. Palavras e ação*. Trad. de Danilo Marcondes de Souza Filho. Artes Médicas. Título da edição original: How to do things with words.
- BAHIA, J. 1990 *Jornal, história e técnica 2: as técnicas do jornalismo*. Ática.
- BAKHTIN, M. 1979/ 1992 Os gêneros do discurso. IN: M. BAKHTIN. *Estética da criação verbal*. Trad. do francês de Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. Martins Fontes. Título original: Estetika Slovesnogo Tvortchestva.
- BARTHES, R. 1985 *L'aventure sémiologique*. Éditions du Seuil.
- CUNHA, C. & CINTRA, L. 1985 *Nova gramática do português contemporâneo*. Nova Fronteira.
- DAVIDSON, D. 1991 On the very idea of conceptual scheme. IN: D. DAVIDSON. *Inquiries into truth and interpretation*. 6th ed. Oxford University Press.
- DINES, A.; VOGT, C. & MELO, J.M. 1997 *A imprensa em questão*. Ed. da UNICAMP.

- FERREIRA, A.B. de H. 1986 *Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Nova Fronteira.
- FOUCAULT, M. 1971/2002 *A ordem do discurso*. 8a. ed. Trad. Laura Fra-  
ga de Almeida Sampaio. Loyola.
- FREGE, G. 1978 Sentido e referência. IN: G. FREGE. *Lógica e filosofia  
da linguagem*. Cultrix: Ed. da USP.
- GRANGER, G.G. 1974 *Filosofia do estilo*. Perspectiva/EDUSP.
- MANUAL DA REDAÇÃO 2001 Folha de São Paulo. Publifolha.
- MARTINS FILHO, E.L 1992 *Manual de redação e estilo O Estado de São  
Paulo*. 2a. ed. Maltese.
- MOULLAUD, M. & TÉTU, J.F. 1989 *Le journal quotidien*. Presses  
Universitaires de Lyon.
- NOVO MANUAL DA REDAÇÃO 1996 Folha de São Paulo. 6ª. ed.
- PERELMAN, C. & OLBRECHTS-TYTECA, L. 1996 *Tratado da argumen-  
tação: a nova retórica*. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira.  
Martins Fontes.
- POSSENTI, S. 1988 *Discurso, estilo e subjetividade*. Martins Fontes.
- RAJAGOPALAN, K. 1997 Austin's humorous style of philosophical  
discourse in light of Schrempp's interpretation of Oring's  
"incongruity theory" of humor. Mimeografado.
- RORTY, R. 1994 *A filosofia e o espelho da natureza*. Trad.: Antônio Trân-  
sito. Relume-Dumará.
- SARTRE, J-P. 1956 *Being and Nothingness*. trad. Hazel Barnes.  
Philosophical Library.
- SAUSSURE, F. 1915/[196-] de *Curso de lingüística geral*. Trad. de A.  
Chelini, J.P. Paes e I. Blikstein. São Paulo: Cultrix,[196-].Título da  
edição original: Cours de linguistique générale.
- SOLÉ, R. Le lieu du débat. *Le Monde*. Paris, Dim. 21-Lundi 22 1999. p. 13
- TODOROV, T. 1978 *Les genres du discours*. Éditions du Seuil.

*Sheila Vieira de Camargo Grillo holds a PhD in Linguistics from the University of São Paulo. Her doctoral thesis (2001), in the area of Discourse Analysis, is about journalistic genres of discourse. She is a professor in the Classical and Vernacular Letters Department at the University of São Paulo, where she develops a research project on the functioning of scientific diffusion discourse in magazines and newspapers.*